

**NOTA**

---

de : Praesidium

para : Convenção

---

Assunto: Sessão da Convenção de 23 e 24 de Maio de 2002  
– Realizar com êxito as missões da União

---

1. O Praesidium propôs que o debate da sessão da Convenção de 23 e 24 de Maio se centre na questão de saber qual a melhor forma de a União exercer as suas competências.
2. Como quadro de referência para o debate, os membros da Convenção poderão consultar o documento CONV 47/02 sobre a delimitação de competências. Esse documento, que constitui uma versão posteriormente desenvolvida do documento CONV 17/02, distribuído antes da sessão de 15 e 16 de Abril, tem em conta o debate realizado nessa sessão da Convenção (resumido no documento CONV 40/02) e destina-se a identificar questões, bem como a determinar as vias que a Convenção poderá vir a explorar, no plenário e nos grupos de trabalho.
3. Os membros da Convenção poderão também consultar o documento CONV 50/02, que descreve o amplo leque de instrumentos através dos quais a União implementa actualmente as suas competências. O quadro traçado nesse documento revela uma certa complexidade. Assim, entre as questões emergentes, coloca-se a da simplificação (e/ou classificação mais clara) tanto dos instrumentos como dos procedimentos relativos à sua aprovação.

4. Tendo como pano de fundo os dois documentos acima referidos, convidam-se os membros da Convenção a abordar as seguintes questões:

- i) Corresponderá a actual delimitação de competências entre a UE e os Estados-Membros às missões da União identificadas pela Convenção? Será suficientemente clara?
  - ii) Como garantir o respeito pela delimitação de competências, inclusive pelos princípios de subsidiariedade e de proporcionalidade?
  - iii) Haverá que clarificar os instrumentos de que dispõe a União para exercer as suas competências, ou reduzir o número dos mesmos?
  - iv) Estarão os procedimentos existentes de tomada de decisão, bem como o papel neles desempenhado por cada instituição, aptos a assegurar a maior eficácia possível?
  - v) Estarão aptos a garantir a legitimidade democrática da tomada de decisão?
-